

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / XVII ( 1 .ª)

**Expeça - se**

**Publique - se**

O Secretário da Mesa

Assunto: Situação de incerteza dos trabalhadores da Lisnave perante o lançamento de concurso público internacional para a concessão dos estaleiros navais da Mitrena, em Setúbal

Destinatário:Ministro das Infraestruturas e Habitação

#### **Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Os Estaleiros Navais concessionados à Lisnave, em particular na Mitrena, em Setúbal, são um dos mais importantes pólos industriais do país, com um papel histórico determinante no desenvolvimento do setor naval, na afirmação da capacidade produtiva nacional e na valorização do trabalho qualificado.

Ao longo de décadas, os estaleiros navais de Setúbal foram construídos com o esforço dos trabalhadores e com investimento público, constituindo um ativo estratégico no quadro da economia do mar.

A sua atividade não só contribui para a balança comercial e para a inserção de Portugal nas cadeias internacionais da indústria naval, como garante milhares de postos de trabalho diretos e indiretos, sendo essencial para a coesão económica e social da região de Setúbal.

A Lisnave é, assim, um exemplo claro da importância de uma base produtiva robusta e de um setor industrial forte para o desenvolvimento soberano do país, que representa também um importante papel mundial na reparação e manutenção naval.

O Governo, em declarações públicas, afirmou que o estaleiro que está atualmente concessionado à Lisnave “tem-se afirmado como uma referência técnica no mercado global de manutenção naval, consolidando a sua posição como um dos maiores estaleiros do Atlântico Norte”, com “capacidade de servir os maiores navios do mundo e os mais importantes armadores internacionais”.

A proximidade do fim da atual concessão à Lisnave e o anúncio de um concurso público internacional para exploração do estaleiro naval tem causado uma grande incerteza junto dos trabalhadores da Lisnave, S.A., mas também das subcontratadas desta, quanto ao futuro da empresa, à continuidade da sua atividade e, sobretudo, à situação dos trabalhadores. Processos desta natureza têm, demasiadas vezes, resultado na precarização das relações laborais, na perda de direitos e na desvalorização salarial, subordinando o interesse público à lógica dos interesses privados.

Conforme alerta a Comissão de Trabalhadores da Lisnave, a empresa “emprega centenas de trabalhadores altamente especializados e gera um significativo volume de negócios de exportação. Qualquer interrupção ou descontinuidade da atividade seria um rude golpe para a economia regional e para o know-how acumulado ao longo de décadas.”. Acrescentam ainda que o “regresso à construção naval, especialmente em áreas estratégicas como a Defesa e as energias renováveis (offshore), é um desígnio nacional.”.

Através do Decreto-Lei n.º 80/2026, de 27 de março, o Governo, por intermédio dos membros responsáveis pelas áreas da economia, das finanças e das infraestruturas, em nome do Estado português, cedeu a sua posição contratual de concedente à APSS, S. A., para que, no prazo de sessenta dias, procedesse à modificação do contrato de concessão da conceção e projeto, reconstrução, financiamento, exploração e manutenção do estaleiro da Mitrena.

No âmbito desta cessão da posição contratual, a APSS fica obrigada a elaborar um plano e proposta de desenvolvimento da área de domínio público do atual estaleiro da Mitrena, devidamente fundamentados, os quais devem ser submetidos à apreciação da tutela setorial, no prazo de 6 meses após a entrada em vigor do decreto-lei, para efeitos de validação prévia.

Num momento em que se impõe reforçar a capacidade produtiva nacional e valorizar quem trabalha, é inaceitável que um ativo estratégico como os estaleiros navais da Mitrena, Setúbal, possa ser colocado em risco, sem garantias claras de salvaguarda do emprego, dos direitos laborais e do interesse público.

É essencial garantir que os postos de trabalho de centenas de trabalhadores altamente especializados, com um know-how acumulado ao longo de décadas, é determinante para a continuidade da atividade produtiva deste setor.

O Governo tem responsabilidades objetivas nesta matéria, tendo afetado a administração da parcela de domínio público do Estado, onde se encontra instalado o estaleiro da Mitrena, à Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S. A. (APSS, S. A.) para a outorga de um aditamento ao contrato de concessão da conceção, projeto, reconstrução, financiamento, exploração e manutenção do estaleiro da Mitrena, tem de prestar esclarecimentos cabais nesta matéria.

*Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda dirige ao Governo, através do Ministério das Infraestruturas e Habitação, as seguintes perguntas:*

1. Foram dadas diretrizes claras à APSS, por parte do Governo, para garantir que a nova concessão não implicará despedimentos, precarização laboral ou perda de direitos para os trabalhadores da Lisnave/Mitrena?
2. Está o Governo disponível para consagrar, no caderno de encargos da concessão, dando diretrizes claras à APSS, a obrigatoriedade de manutenção de todos os postos de trabalho e dos direitos laborais atualmente existentes?
3. Que medidas pretende o Governo adotar para assegurar a defesa do interesse nacional num setor estratégico como o da construção e reparação naval?
4. Considera o Governo a possibilidade de reforçar a participação pública ou avançar para soluções de gestão pública que garantam a estabilidade da Lisnave e a valorização dos seus trabalhadores?
5. De que forma serão os trabalhadores e as suas estruturas representativas envolvidos em todas as fases do processo, garantindo transparência e respeito pelos seus direitos?

Palácio de São Bento, 28 de Abril de 2026

Deputado(a)s

FABIAN FIGUEIREDO(BE)